

Duas ameaças à recuperação da nossa economia

Brasil

São a expansão descontrolada do crédito interno e os juros dos EUA, diz o Ibre.

Estas são duas coisas que poderão botar a perder todo o esforço de ajustamento da economia brasileira: a expansão descontrolada da liquidez interna e o aumento dos juros nos Estados Unidos. A advertência é feita pela última Carta do Ibre, editorial da revista *Conjuntura Económica*, que saiu ontem no Rio e prevê que o País precisará passar por uma fase de moderado crescimento a curto prazo para recuperar o seu desenvolvimento a médio e longo prazo.

O Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da Fundação Getúlio Vargas, critica duramente a política econômica do presidente Ronald Reagan, "caracterizada por vultosos déficits orçamentários e por uma política monetária restritiva. No atual sistema de taxas flexíveis de câmbio, tal imbróglio resultará, fatalmente, em sobrevalorização do dólar e em expressivo déficit em conta corrente, bem como na necessidade de financiar tal déficit pelo ingresso de capitais externos".

— Se agregarmos a esses fatores o peso da economia norte-americana no mundo e o papel preponderante do dólar como meio de troca e reserva internacional, tem-se o fenômeno de que os países restantes estão, na verdade, a financiar o déficit em conta corrente norte-americano e a sua contrapartida interna, ou seja, o déficit fiscal. É como se os EUA estivessem a sugar os parcos dólares do resto do mundo.

No entanto, "a ilusão de bem-estar não poderá durar muito para os EUA: o financiamento de tais desequilíbrios internos e externos poderá tardar, mas acabará chegando, seja pelo impulso inflacionário nos EUA ou através do aumento da tributação interna ou então por ambas, e pior: no bojo de uma crise financeira internacional sem precedentes".

Em outras palavras, o ajustamento a longo prazo de países endividados terá de passar, necessariamente, por uma renegociação global de seus débitos, em condições de juros e pagamentos mais favoráveis.

A elevação dos juros nos EUA provoca, num prazo de seis meses, o aumento das dívidas do Terceiro Mundo. De imediato, "carrega consigo a sobrevalorização da moeda norte-americana vis-à-vis às moedas do restante da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). Por conseguinte, prejudica as exportações dos países em desenvolvimento principalmente para a Europa e Japão. No caso

brasileiro, tais exportações correspondem a 70% do total".

— E mais ainda: para evitar a desvalorização de suas moedas e pressões inflacionárias de custo, aquelas nações são obrigadas a seguir o movimento altista dos juros norte-americanos, com o risco, portanto, do aborto da incipiente recuperação de suas economias (...) Perdem pelo estrangulamento de seus mercados compradores e perde também a OCDE (menos os Estados Unidos) pelo fim das esperanças de relançamento.

Para a Carta do Ibre, "é preciso reconhecer que os dados disponíveis sobre o setor industrial não são, até o momento, de molde a fornecer uma indicação precisa sobre a efetiva inversão da tendência recessiva, embora as cifras sejam promissoras".

Seja como for, a recuperação passa tanto pela questão externa como pelo ajuste interno. "Seria preciso persistir no atual rumo da estabilização econômica, baixando a inflação, promovendo o saneamento das finanças dos setores público e privado e mantendo uma relação cambial adequada à competitividade externa de nossos bens e ao prosseguimento do programa de substituição interna de energia."

Nesse sentido, a Carta do Ibre, se mostra favorável ao estrito cumprimento do controle monetário exigido pelo Fundo Monetário Internacional. Isto poderia afetar o nível das atividades produtivas, mas também exigiria uma ampla reforma do sistema financeiro, com a revisão dos próprios conceitos de haveres monetários e não-monetários.

A este respeito, o Ibre contesta os argumentos de que a liquidez real da economia está em queda, tendo em vista que os meios de pagamento cresceram 105% em 12 meses, em confronto com uma inflação de 229,8% em igual período. "O nosso meio financeiro abriga hoje uma série de outros instrumentos transacionais que dão quase absoluta liquidez a outros ativos, tradicionalmente classificados de não-monetários. Assim, são as cartas de recompra de aplicações em títulos públicos e privados, bem como o esquema de alta disponibilidade dos depósitos de poupança."

Para a FGV, a forte expansão da liquidez deve-se ainda aos "resgates líquidos de títulos públicos (compras de ORTN cambiais)", ao resultado das operações com o setor externo (contas cambiais e depósitos em moedas estrangeiras) e aos créditos especiais concedidos pelo Banco Central.